

ORGANIZAÇÃO  
**JOÃO LUIZ LESSA NETO**  
**BRUNO GUANDALINI**

# PROVAS E ARBITRAGEM

Teoria, Cultura,  
 Dogmática e Prática

Adriano Camargo Gomes  
 Alberto Jonathas Maia  
 Aline Dias  
 Anna Karoliny Fonseca Cometti  
 Anna Paula Yazaki Sun  
 Augusto Tolentino  
 Barbara Gaudencio Tavares de Sousa  
 Bernardo Regueira Campos  
 Bianca Azzi Ferreira  
 Bruno Barreto de A. Teixeira  
 Bruno Guandalini  
 Cláudia Ferraz  
 Daniel B. Ferreira  
 Daniela Monteiro Gabbay  
 Elizavete A. Gromova  
 Flávio Spaccaquerche Barbosa  
 Francisco Ettore Giannico Neto  
 Gabriel Caetano Visconti  
 Gabriel F. L. Simões  
 Giovana Perette Leites  
 Giulia Cavallieri Gomides  
 Graziela de Souza Antunes  
 Gustavo Favero Vaughn  
 João Luiz Lessa Neto  
 João Paulo Francisco Tannous  
 João Pedro Gorla Freire  
 José Marinho Séves Santos  
 José Victor Palazzi Zakia  
 Julia Guimarães Rossetto  
 Júlio César Fernandes  
 Katherine Spyrides  
 Leonardo Corêa  
 Leonardo Ohlrogge  
 Lucas Brito Mejias  
 Lucas Vilela dos Reis da Costa Mendes  
 Luis Fernando Guerrero  
 Marcela Tarré Bernini  
 Mateus Aimeré Carreteiro  
 Naiane Lopes Soares de Melo  
 Robert H. Smit  
 Rodrigo Ramina de Lucca  
 Rodrigo Salton Rotunno Saydelles  
 Sílvia Rodrigues Pachikoeki  
 Victória Sbruzzi Messmor  
 Vilor Szplz do Nascimento  
 Yuri Maciel Araujo

*Prefácio de*  
**EDUARDO TALAMINI**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
 TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Provas e Arbitragem : teoria, cultura, dogmática e prática / organização João Luiz Lessa Neto, Bruno Guandalini. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0190-5

1. Arbitragem (Direito) - Brasil 2. Direito processual civil - Brasil 3. Ônus da prova - Brasil 4. Presunção (Direito) 5. Prova (Direito) - Brasil I. Lessa Neto, João Luiz. II. Guandalini, Bruno.

23-150104

CDU-347.918 (81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Arbitragem : Direito processual civil 347.918 (81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	5
APRESENTAÇÃO .....	11
PREFÁCIO .....	13

### I.

#### ARBITRAGEM: PROVA E PROCESSO

1. DA TEORIA GERAL DOS PROCESSOS À TEORIA GERAL DA PROVA? UMA BREVE RELEITURA DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS TRADICIONAIS APLICÁVEIS À ARBITRAGEM.....	29
LUÍS FERNANDO GUERRERO	
1. Introdução e Objetivo.....	29
2. O Conceito da Teoria Geral do Processo .....	30
3. Os Princípios Processuais da Tradicional Teoria Geral do Processo e seus Traços na Arbitragem e nos Métodos Consensuais .....	37
4. Conclusão .....	46
2. PRODUÇÃO DE PROVAS NA ARBITRAGEM E FORO ESTATAL DE APOIO: ANÁLISE À LUZ DA LEI BRASILEIRA .....	49
FLÁVIO SPACCAQUERCHE BARBOSA e NAIANE LOPES SOARES DE MELO	
Introdução .....	49
I. Poderes instrutórios do árbitro na arbitragem .....	51
II. Falta de poder de império e limitação aos poderes instrutórios dos árbitros .....	53
III. Apoio do foro estatal via carta arbitral: ferramenta contra resistência injustificada da parte na produção da prova.....	54
IV. Desafios e limitações na utilização da carta arbitral para produção de provas.....	57

V.	Alternativas à utilização da carta arbitral na hipótese de resistência à produção da prova .....	59
VI.1.	Alternativas pecuniárias .....	59
VI.2.	Alternativas não financeiras .....	62
VI.	Conclusão .....	67
<b>3.</b>	<b>OS PODERES DO ÁRBITRO NA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA .....</b>	<b>69</b>
	YURI MACIEL ARAUJO	
	Introdução .....	69
2.	O sistema do processo arbitral .....	72
3.	Os poderes (e deveres) instrutórios dos árbitros .....	77
3.1.	Delimitação dos pontos controvertidos e distribuição do ônus da prova .....	79
3.2.	Análise da admissibilidade dos meios de prova postulados pelas partes .....	81
3.3.	Produção de provas de ofício .....	84
3.4.	Ordem e modo da produção de provas .....	92
3.5.	Apoio do Poder Judiciário .....	95
4.	Considerações finais .....	96
<b>4.</b>	<b>PODERES DO ÁRBITRO E TERCEIROS: A PROVA EM DOMÍNIO DE TERCEIROS .....</b>	<b>99</b>
	JOÃO PAULO TRANCOSO TANNOS e GRAZIELA DE SOUZA ANTUNES	
	Introdução .....	99
2.	Envolvimento de terceiros para produção de provas em arbitragens internacionais e perante a legislação estrangeira .....	100
3.	Envolvimento de terceiros para produção de provas na legislação brasileira .....	105
4.	Conclusões .....	112
<b>5.</b>	<b>SIGILO PROFISSIONAL E A PRODUÇÃO DE PROVAS NA ARBITRAGEM .....</b>	<b>115</b>
	BRUNO BARRETO DE A. TEIXEIRA	
	Introdução .....	115
1.	Breve panorama do sigilo profissional no Brasil .....	116
2.	Sigilo profissional e produção de provas na arbitragem .....	120
2.1.	Sigilo profissional como limite à produção involuntária de prova .....	120
2.2.	Lei aplicável à determinação das regras de sigilo profissional....	125

2.3.	Influências internacionais na construção de uma regra transnacional sobre o papel do sigilo profissional na produção de provas na arbitragem .....	131
3.	Conclusão .....	137
6.	<b>PRODUÇÃO PROBATÓRIA E DUE PROCESS PARANOIA</b> .....	139
	JOSÉ VICTOR PALAZZI ZAKIA e GABRIEL CAETANO VISCONTI	
	Introdução .....	139
1.	<i>Due Process Paranoia</i> : breve sistematização do conceito .....	140
2.	A produção de provas e sua permeabilidade à <i>Due Process Paranoia</i> .....	143
3.	Os reflexos da <i>Due Process Paranoia</i> na produção de provas.....	147
4.	Algumas palavras sobre o modelo processual arbitral.....	153
5.	O dever de fundamentação como o escudo protetor do árbitro.....	157
6.	Conclusão .....	159
7.	<b>A PRECLUSÃO DA PRODUÇÃO DE PROVA NA ARBITRAGEM</b> .....	161
	JÚLIO CÉSAR FERNANDES e FRANCISCO ETTORE GIANNICO NETO	
	Introdução ao tema .....	161
1.	Rigidez e flexibilidade do procedimento à luz da relevância da prova no direito processual .....	163
2.	Conflito entre preclusão e a garantia da prova: a solução adotada no processo judicial.....	166
3.	Conflito entre preclusão e a garantia da prova: a solução adotada no processo arbitral .....	171
4.	Conclusão .....	175
8.	<b>A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS EM SITUAÇÕES NÃO URGENTES, O PODER JUDICIÁRIO E A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM</b> .....	177
	JOÃO LUIZ LESSA NETO	
I.	Produção antecipada de provas e seu tratamento no CPC/2015.....	177
II.	Os efeitos da Convenção de Arbitragem .....	178
III.	Sobre a produção antecipada de provas em situações abrangidas por Convenção de Arbitragem.....	180
V.	Conclusões.....	188

## II.

## A PROVA E O CONVENCIMENTO DO ÁRBITRO

9.	<b>A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE À LUZ DA LEI DE ARBITRAGEM .....</b>	<b>191</b>
	AUGUSTO TOLENTINO e CLÁUDIA FERRAZ	
1.	Introdução.....	191
2.	Presunção: conceito e tipos.....	191
3.	Presunção e arbitragem .....	192
3.1.	Inexiste presunção de veracidade na Lei de Arbitragem .....	192
3.2.	Presunção simples, pelo árbitro.....	195
3.3.	Devido processo legal.....	202
4.	Conclusão .....	204
10.	<b>STANDARD E ÔNUS DA PROVA NA ARBITRAGEM.....</b>	<b>205</b>
	ADRIANO CAMARGO GOMES	
	Introdução .....	205
1.	Objeto de prova .....	207
2.	Standard de prova: probabilidade preponderante .....	211
3.	Ônus da prova na arbitragem.....	213
4.	Relação entre ônus da prova e poderes instrutórios .....	217
5.	Inversão do ônus da prova: ônus de produção e ônus da persuasão .....	219
6.	Redução do standard de prova .....	222
7.	Considerações finais.....	224
11.	<b>VALORAÇÃO DA PROVA NA LEI BRASILEIRA DE ARBITRAGEM .....</b>	<b>227</b>
	GIOVANA PERETTE LEITES e GABRIEL F. L. SIMÕES	
	Introdução .....	227
1.	Evolução histórica recente.....	228
2.	Natureza jurídica das regras de valoração de prova.....	233
3.	O sistema de avaliação de prova na LBA.....	238
4.	Conclusão .....	243
12.	<b>INFERÊNCIAS NEGATIVAS E A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS E COISAS NA ARBITRAGEM .....</b>	<b>245</b>
	RODRIGO RAMINA DE LUCCA	
	Introdução .....	245
1.	Os ônus e os deveres processuais .....	246
2.	O ônus de alegar e o ônus de provar.....	247

3.	O ônus de produzir prova potencialmente desfavorável e a exibição de documento ou de coisa em poder de uma das partes.....	249
4.	Instrumentos processuais, na arbitragem, para a produção de prova potencialmente desfavorável à parte.....	250
5.	Fixação de <i>astreintes</i> e busca e apreensão: medidas autoritárias incompatíveis com a disponibilidade inerente à arbitragem .....	251
6.	A aplicação de inferência negativa em caso de não produção da prova pela parte requerida .....	254
7.	A inferência negativa e a manutenção do ônus da prova .....	256
8.	Requisitos para a determinação da exibição de documento ou de coisa....	257
8.1.	Restrições indevidas à determinação de produção da prova .....	261
9.	Os motivos legítimos de recusa de exibição .....	262
10.	A aplicação da inferência negativa no juízo decisório .....	264
11.	Considerações finais.....	268
13.	<b>MEIO DE PROVA NA AUSÊNCIA DA PROVA: INFERÊNCIA NEGATIVA....</b>	271
	ALINE DIAS e GIULIA CAVALLIERI GOMIDES	
1.	Definição .....	271
2.	Inferência negativa em arbitragens domésticas.....	272
3.	Poderes instrutórios do árbitro .....	274
4.	Caráter probatório da inferência negativa.....	276
5.	Doutrina: o Teste Sharpe.....	279
6.	<i>Soft law</i> – Regras de Praga e Regras da IBA sobre provas .....	281
7.	Precedentes .....	284
8.	Ressalvas ao mecanismo .....	285
9.	Conclusão .....	286

### III.

#### MEIOS DE PROVA NA ARBITRAGEM

14.	<b>PROVA ORAL NA ARBITRAGEM: ASPECTOS PRÁTICOS .....</b>	289
	MATEUS AIMORÉ CARRETEIRO e BARBARA GAUDENCIO TAVARES DE SOUSA	
1.	Introdução.....	289
2.	Flexibilidade do procedimento arbitral e da organização da audiência....	290
3.	Parte e testemunha .....	292
4.	A relação entre advogado(a) e a testemunha: o limite ético da preparação .....	293

5.	A impugnação da testemunha no processo arbitral e a oitiva na condição de informante .....	295
6.	O uso do testemunho escrito .....	296
7.	Técnicas de inquirição de testemunha: inquirição direta, inquirição cruzada e reinquirição .....	299
8.	Inquirição direta .....	300
9.	Inquirição cruzada.....	301
10.	Reinquirição de testemunhas .....	303
11.	Melhores práticas em audiências virtuais .....	303
12.	Conclusão .....	306
15.	<b>CROSS-EXAMINATION E NARRATIVA .....</b>	<b>307</b>
	LEONARDO CORRÊA	
I.	Introdução.....	307
II.	Arbitragem e narrativa.....	310
III.	<i>Direct</i> e <i>cross-examination</i> como formas de testar narrativas .....	312
IV.	Defendendo a sua testemunha e sua narrativa em <i>cross</i> .....	315
V.	Considerações finais.....	316
16.	<b>INQUIRINDO TESTEMUNHAS PERANTE ÁRBITROS DE CIVIL LAW .....</b>	<b>323</b>
	POR ROBERT H. SMIT, COM A TRADUÇÃO DE GUSTAVO FAVERO VAUGHN	
I.	Os objetivos da inquirição cruzada.....	324
II.	Técnicas de inquirição cruzada .....	325
III.	Uma história de guerra sobre <i>cross-examination</i> .....	329
17.	<b>DEPOIMENTO ESCRITO (WITNESS STATEMENT) NA ARBITRAGEM INTERNACIONAL .....</b>	<b>331</b>
	LEONARDO OHLROGGE e RODRIGO SALTON ROTUNNO SAYDELLES	
	Introdução .....	331
1.	Conceito de depoimento escrito ( <i>witness statement</i> ).....	332
2.	Benefícios da utilização de depoimentos escritos.....	334
3.	Admissibilidade dos depoimentos escritos .....	336
4.	Submissão dos depoimentos escritos.....	338
5.	Preparação depoimentos escritos .....	340
6.	Requerimento para comparecimento em audiência.....	344
7.	Oitiva da testemunha na audiência .....	346
8.	Conclusão .....	348



18. A PROVA PERICIAL NA ARBITRAGEM.....	351
SILVIA RODRIGUES PACHIKOSKI e JULIA GUIMARÃES ROSSETTO	
Introdução .....	351
1. Prova técnica .....	352
2. Nomeação do expert.....	356
3. Independência e Imparcialidade.....	362
4. <i>Hot tubbing</i> .....	367
5. Conclusão .....	369
19. A PROVA PERICIAL EM DIFERENTES MODELOS: ENTRE O LOCAL E O GLOBAL.....	371
LUCAS VILELA DOS REIS DA COSTA MENDES	
1. A proposta do ensaio .....	371
2. A prova pericial em arbitragem.....	371
2.1. O vazio normativo inerente à arbitragem .....	371
2.2. Objetivos da prova pericial.....	373
2.3. Os limites da prova pericial .....	373
3. A perícia e o todo: a advocacia como elemento estrutural.....	374
3.1. Multidisciplinaridade: entre diferentes ciências, fatos, mérito e procedimento.....	374
3.2. O IRAC como guia .....	375
4. Os diferentes modelos de prova pericial .....	377
4.1. O perito indicado pelo juiz no Código de Processo Civil.....	377
4.2. O perito indicado pelas partes nas IBA Rules.....	380
4.3. O perito indicado pelo tribunal: entre as <i>soft rules</i> e o CPC .....	382
5. A escolha entre os diferentes modelos .....	384
6. Conclusão: a perícia está pronta quando não é mais necessária .....	385
7. Notas metodológicas finais.....	386
20. PERITOS NOMEADOS PELAS PARTES X PERITOS NOMEADOS PELO TRIBUNAL ARBITRAL: REFLEXÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DA ESCOLHA DO MÉTODO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL .....	387
KATHERINE SPYRIDES	
Introdução .....	387
I. A possibilidade de escolher o método de produção da prova pericial....	388
II. As possíveis escolhas dos métodos de produção da prova pericial .....	393
III. A relevância das possíveis escolhas dos métodos de produção de prova pericial.....	398

## IV.

## CULTURA JURÍDICA E PRODUÇÃO PROBATÓRIA NA ARBITRAGEM

21. A PROVA INÚTIL E MERAMENTE PROTETATÓRIA E A CULTURA ARBITRAL.....	405
MARCELA TARRÉ BERNINI e VITOR SZPIZ DO NASCIMENTO	
Introdução .....	405
1. Poderes e deveres dos árbitros em relação às provas: arcabouço legal ....	406
2. Critérios para avaliar a prova: a arbitragem internacional como fonte de inspiração .....	408
3. Critérios para considerar uma prova inútil ou meramente protetatória....	411
4. A prerrogativa do árbitro para indeferir provas inúteis ou meramente protetatória: visão do STJ.....	413
5. Como evitar ou minimizar a apresentação de provas inúteis ou meramente protetatórias pelas partes? .....	416
6. Conclusão .....	419
22. UTILIZAÇÃO DAS REGRAS DE PRAGA E DA IBA RULES ON THE TAKING OF EVIDENCE.....	421
ALBERTO JONATHAS MAIA	
Considerações iniciais .....	421
1. As Regras da IBA vs. as Regras de Praga.....	425
2. Âmbito de aplicação: voluntariedade, complementaridade e a observância às regras de ordem pública.....	428
3. Reuniões preliminares para organização e gestão do procedimento e da produção de prova .....	429
4. Prova Documental.....	430
4.1. Generalidades .....	430
4.2. <i>Disclosure, discovery e depositions</i> .....	432
4.3. Confidencialidade de documentos.....	434
4.4. O procedimento para produção de prova documental.....	435
4.5. Documentos em posse de terceiros e confidencialidade .....	436
5. Prova Testemunhal .....	437
5.1. Generalidades .....	437
5.2. Testemunhos Escritos ( <i>Witness Statement</i> ) .....	440
5.3. <i>Cross-examination</i> .....	442
5.4. Testemunhas técnicas.....	443
6. Prova Pericial.....	446

7.	Inspeções.....	449
8.	Inferência adversa.....	451
8.1.	Generalidades .....	451
8.2	Critérios para aplicação de inferência adversa: o <i>Sharpe test</i> e o <i>Inference Chart</i> .....	453
8.2.1.	Provas <i>prima facie</i> .....	454
8.2.2.	Corroboração com acervo probatório apresentado pela parte solicitante .....	455
8.2.3.	Acessibilidade de provas songadas .....	455
8.2.4.	Observância do contraditório e a vedação à decisão-surpresa .....	456
8.2.5.	Razoabilidade, consistência e relação lógica com os fatos relacionados .....	457
8.2.6.	O quadro de referência e o momento da aplicação .....	458
8.3.	Efeitos econômicos, sanções financeiras e alocação de custos... ..	459
23.	<b>LEGITIMIDADE DOS ÁRBITROS PARA APLICAR <i>SOFT LAW</i> NA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA: ESTUDO DE CASO A PARTIR DO DIREITO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTOS .....</b>	<b>463</b>
	JOSÉ MARINHO SÉVES SANTOS e JOÃO PEDRO GORLA FREIRE	
	Introdução .....	463
1.	Legitimidade no Direito Internacional e a produção de <i>soft law</i> .....	465
1.1.	Conceito de <i>soft law</i> .....	465
1.2.	Legitimidade normativa no Direito Internacional .....	466
2.	Desafios à Legitimidade na Aplicação do <i>soft law</i> no contexto do Direito Internacional de Investimentos .....	468
2.1.	Premissas gerais sobre o Direito Internacional de Investimentos.....	468
2.2.	Legitimidade no Direito Internacional de Investimentos e aplicação de <i>soft law</i> .....	473
3.	Legitimidade por <i>input</i> : o processo de formação das Regras da IBA para Produção de Provas em Arbitragem .....	474
4.	Estudo de casos: como os tribunais aplicam as Regras da IBA sobre Produção de Provas em Arbitragem Internacional.....	475
5.	Conclusão .....	476

24. LIMITAÇÃO DA ATIVIDADE E AUTORIDADE INERENTE DO ÁRBITRO: A POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE <i>SOFT LAW</i> NA PRODUÇÃO DE PROVAS.....	477
VICTÓRIA SBRUZZI MESSMAR e ANNA KAROLINY FONSECA COMETTI	
Introdução .....	477
1. Convenção de arbitragem e limitação da atividade do árbitro.....	478
2. A autoridade inerente do árbitro.....	483
3. Um breve olhar sob a perspectiva da arbitragem internacional.....	485
4. Seleção de fontes de normas na arbitragem.....	487
5. <i>Soft law</i> e a flexibilidade na arbitragem.....	489
6. Regras de <i>soft law</i> aplicáveis à produção probatória.....	491
6.1. As regras da International Bar Association (IBA).....	492
6.2. A redfern schedule.....	493
6.3. As diretrizes do Chartered Institute of Arbitrators (CIARB).....	494
6.4. As regras de Praga.....	495
Considerações finais.....	497

## V.

## TÓPICOS ESPECÍFICOS DA PROVA NOS LITÍGIOS ARBITRAIS

25. VALORAÇÃO DA PROVA DA IMPARCIALIDADE E DA INDEPENDÊNCIA DO ÁRBITRO .....	501
LUCAS BRITTO MEJIAS e ANNA PAULA YAZAKI SUN	
Introdução .....	501
1. Independência e imparcialidade na arbitragem .....	504
1.1. As Diretrizes da International Bar Association .....	507
1.2. Os Regulamentos de Câmaras Arbitrais nacionais a respeito da independência e imparcialidade .....	508
2. O dever de revelação vs. dever das partes de investigar .....	509
2.1. Características e limites do dever de revelação do árbitro.....	509
2.2. Os deveres de revelação e investigação das partes ( <i>parties' investigation duties</i> ) .....	511
3. Consequências da violação do dever de revelação .....	513
4. Valoração da prova sobre a violação de independência e imparcialidade .....	515
4.1. Casos nacionais sobre a valoração das provas em ações anulatórias de sentença arbitral.....	516

4.1.1.	Vedação a alegações genéricas e hipotéticas da violação da imparcialidade e da independência.....	516
4.1.2.	A arguição de violação da imparcialidade e da independência deve ser feita na primeira oportunidade, não após a prolação de sentença arbitral desfavorável à parte que pugna pela declaração de nulidade da sentença (vedação à estratégia da “nulidade de algibeira”).....	517
4.1.3.	A violação da imparcialidade e da independência demanda conjunto probatório que demonstre que o relacionamento entre advogado e árbitro extrapola uma simples proximidade.....	519
4.2.	Experiência das cortes estrangeiras sobre independência e imparcialidade.....	520
5.	Conclusão .....	521
26.	<b>BOAS PRÁTICAS NA PRODUÇÃO DE PROVAS EM ARBITRAGENS EXPEDITAS</b> .....	523
	DANIELA MONTEIRO GABBAY e BIANCA AZZI FERREIRA	
	Introdução .....	523
1.	Modelo probatório <i>documents only</i> .....	528
2.	Prova testemunhal.....	531
3.	Prova pericial.....	534
4.	Complexidade probatória: conversão do procedimento expedito em ordinário.....	536
	Conclusão.....	538
27.	<b>A PROVA DIGITAL E SUA ADMISSIBILIDADE NA ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE CASUÍSTICA SOBRE A PROVA DIGITAL ILEGALMENTE OBTIDA</b> .....	539
	DANIEL B. FERREIRA e ELIZAVETA A. GROMOVA	
	Introdução .....	539
1.	Definição: legislação, <i>soft law</i> , e regulamentos de arbitragem.....	541
2.	Admissibilidade da prova digital.....	551
3.	Dos riscos aos desafios: a admissibilidade da prova digital vazada e hackeada na arbitragem através da análise de casos .....	557
4.	A admissibilidade de provas obtidas ilegalmente – Diretrizes sugeridas...	566
5.	Conclusão .....	567

28. ARBITRAGEM E BLOCKCHAIN: A PRODUÇÃO DE PROVA NA ARBITRAGEM ON-CHAIN .....	569
BERNARDO REGUEIRA CAMPOS e BRUNO GUANDALINI	
Introdução .....	569
I. A realidade fática objeto da prova .....	572
II. A regulação da produção de provas em arbitragens on-chain.....	584
Conclusão .....	596
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	599